

CANARINOS NO SUL DO BRASIL
(Século XIX)

W. F. PIAZZA

1. A PROBLEMÁTICA POVOADORA E COLONIZADORA DO BRASIL-MERIDIONAL

A partir dos descobrimentos marítimos, portugueses e espanhóis, os «Mares do Sul», são velejados pelas embarcações ibéricas.

Os mapas —a partir daquele de Juan de la Cosa, de 1500— assinalam acidentes geográficos do Brasil-Meridional. Assim, não é estranhável que a Ilha de Santa Catarina seja incluída, obrigatoriamente, como ponto de aguada, nas escalas marítimas.

E, enquanto houve navegação à vela, ali aportaram navios das mais diversas nacionalidades e só quando a navegação a vapor se desenvolve é que o seu porto vê diminuído o seu movimento.

Em demanda ao Rio da Prata se assinala a passagem de canarinos pelo Porto do Desterro (hoje Florianópolis), na Ilha de Santa Catarina, que não são listados como espanhóis, mas, sempre, individualizados, quanto à sua origem insular. (V. Mapa 1.)

Deles ficaram várias testemunhas documentais.

2. FONTES DOCUMENTAIS

Para realizar esta investigação tomou-se, inicialmente, como apóio os «Registros de estrangeiros».¹

Por esta documentação tem-se como data de ingresso de Canarinos na então Capitania (hoje Estado de Santa Catarina, Brasil), o período de 1814 a 1818.

As indicações, ali coletadas, de doze nomes de chefes-de-família eram muito sumárias e, por isto mesmo, procurou-se, desde

logo, ampliar o conhecimento dessa contribuição ao povoamento do Brasil-Meridional.

Para tanto utilizou-se, então, os arquivos paroquiais de N. Sra. do Desterro (hoje Catedral Metropolitana de Florianópolis), e de N. Sra. da Lapa (Ribeirão da Ilha, município de Florianópolis), ampliados, para N. Sra. do Rosário de Enseada de Brito, esta já no continente fronteiro à Ilha de Santa Catarina.

3. A INFORMAÇÃO PRELIMINAR

No conteúdo dos «Registros de estrangeiros» há um pequeno número de canarinos, cuja existência na Ilha de Santa Catarina, não ultrapassa meia centena de pessoas.

Os registros são de FRANCISCO BERRIL —«Residente na Ilha de Santa Catarina, natural de Lanzarote, mecânico, casado, veio com sua mulher Francisca de Bm., natural da dita Ilha, é mascate»,² o que é sumariado em outro volume—;³ FERNANDO PERDAM —«Residente na Ilha de Santa Catarina, natural de Lanzarote, nobre, casado, negociante de fazendas, e sua mulher Gabriela Roiz, e sua filha Maria Perdam, naturais da mesma Ilha»,⁴ que é registrado noutro volume—;⁵ FELIPE SOARES —Residente na Ilha de Santa Catarina, natural de Lanzarote, mecânico, casado, vive de vender fazendas, com sua mulher Teresa da Conceição, natural da dita Ilha, e 3 filhos: José Manoel, solteiro, André José, Manuel da Cruz»⁶, que não é registrado em outro levantamento—; FRANCISCO GONÇALVES —«Residente na Ilha de Santa Catarina, natural de Lanzarote, mecânico, casado, vive de vender fazendas com sua mulher, Maria Bm., natural de mesma Ilha»⁷ e não consta em outro volume de registros—; LUIZ LEÃO —«Residente na Vila de Santa Catarina, natural de Lanzarote, mecânico, casado, vive de vender fazendas com sua mulher Maria Perdam, natural da mesma Ilha, com dois filhos menores, José e Maria»,⁸ o que é confirmado em outro registro—;⁹ MARCELINO CABREIRA —«Residente na Vila de Santa Catarina, natural de Lanzarote, mecânico, casado, veio com sua mulher Tomásia de São Pedro, natural da mesma Ilha, e 4 filhos menores: Francisco Cabreira, Maria Cabreira, Lourenço Cabreira, Maria Cabreira, é jornaleiro»¹⁰, o que é ratificado em outro registro—; ¹¹ MARCELINO FALEIRO —«Residente na Vila de Santa Catarina, natural

de Lanzarote, mecânico, casado, veio com sua mulher Francisca Rodrigues, natural da mesma Ilha, e três filhos menores José Maria, Gregório e Francisca, é jornaleiro»,¹² confirmado em outro registro—;¹³ MACIEL VIEIRA —«residente na Vila de Santa Catarina, natural de Lanzarote, mecânico, casado, vive de vender fazendas com sua mulher Maria Brizida, natural de mesma Ilha, e 4 filhos: João, de 21 anos, Vicente de 18, Pascoal de 10, Alexandre de 4, todos naturais da mesma Ilha»¹⁴, o que é também ratificado em outro registro—;¹⁵ MIGUEL DE BRITO —«Residente da Vila de Santa Catarina, natural de Lanzarote, mecânico, casado, vive de vender fazendas, com sua mulher Maria Vieira, natural da mesma Ilha»¹⁶ e do qual há confirmação—;¹⁷ RAFAEL DA ASSUNÇÃO ESPINDOLA —«Residente em Santa Catarina, natural de Lanzarote, mecânico, casado, vive de mascatear pelas freguesias de mesma vila, com sua mulher Catarina Barreil, natural da mesma Ilha»,¹⁸ o que é confirmado em outro registro—;¹⁹ SALVADOR TORRES —«Residente em Santa Catarina, natural de Lanzarote, mecânico, casado, vendedor de fazendas com sua mulher Catarina de Souza, natural de mesma Ilha, e 4 filhos: Salvador Torres, sapateiro, Bibiana, de menor idade, Estevão, de menor idade, Maria Benedita»,²⁰ o que é ratificado em outro registro—;²¹ e, SALVADOR GONÇALVES —«Lanzarote, vende fazendas. Acha-se em Santa Catarina».²²

Como se vê há um elenco de canarinos, todos reconhecidos como naturais da Ilha Canárias, em sua maioria, atarefados em vender (mascatear) fazendas e todas com uma estrutura familiar bem definida.

4. A LOCALIZAÇÃO INICIAL

A Ilha de Santa Catarina até o ingresso dos canarinos tem, fundamentalmente, um substrato humano luso-açoriano.

Na sua «freguesia-mater», a de N. Sra. do Desterro, abrangendo a vila-capital, é que vamos procurar, através dos registros eclesiais de batizados e casamentos discernir os grupos familiares canarinos que, ali, se fixaram.

Eles são anotados, mês a mês, a partir de 1812.

Nesta «freguesia», no período 1812-1840, assinalam —se trinta e cinco casamentos, em que ambos os nubentes são canarianos.

A análise das genealogias nos mostram as «freguesias» de origem na Ilha de Lanzarote, como nos indicam os laços de parentesco e de consanguinidade entre os nubentes.

Assim são estes canarinos naturais das freguesias de N. Sra. de Guadalupe, de S. Bartolomeu, de S. Roque, de N. Sra. das Candeias, de São João Batista, de S. Rafael, de S. José, de Santa Rosa, de N. Sra. de Candelária, de N. Sra. de Assunção, de N. Sra. dos Remédios e de N. Sra. de Conceição, todas elas da Ilha de Lanzarote.

A análise des genealogias, de per si, por sua vez, mostram que houve famílias que, pelo menos, em três gerações, estiveram radicadas na Ilha de Santa Catarina, como os descendentes de Salvador Torres (o 1.º deste nome), casado com Catarina de Souza.

Outros patronímicos são, ainsa, assinalaos na freguesia de N. Sra. do Desterro, da Ilha de Santa Catarina, como: BERA, GIMENES, CARCERE, SOUSA, CORVELHO, CORDOVIL, SOARES, PERDAM (ou PERDOM), BERRIEL, FERNANDES, VALDEVINO, MARTINS, BITANCUR, VIEIRA, ESTEVES, MEDINA, PRESTES, RODRIGUES, LEÃO, BONILHA, RIBEIRA, CABREIRA, PADILHA, FERREIRA, FALEIRO, ROMEIRO, BRITO, ESPINDOLA, GONÇALVES, LUZARDO e HUMPHERES.

São, muitos deles, semelhantes aos de uso lusitano e, portanto, de constatação difícil a sua descendência em solo brasileiro, neste século e meio após a fixação inicial²³.

5. OS REMANESCENTES OU INICIAIS EM N. SRA. DA LAPA DO RIBEIRÃO

Os «casais» canarinos que se localizaram na Ilha de Santa Catarina fixaram-se, preferentemente na «freguesia» (paróquia) de N. Sra. do Desterro, onde aparecem os seus registos, quer de batismos, quer de casamentos ou de óbitos.

Com a criação da «freguesia» de N. Sra. da Lapa do Ribeirão, desmembrada da de N. Sra. Do Desterro, conforme alvará Régio de 11 de julho de 1809, ereta de acordo com a Provisão Episcopal de 15 de novembro de 1809, vamos sentir que esta região de Ilha de Santa Catarina se mostra, também, com concentrações de alguns canarinos²⁴.

No período 1831-1850 são constatados, naquela freguesia, seis casamentos de canarinos, dos quais três com noivas de freguesia de N. Sra. da Lapa do Ribeirão e um com noivo oriundo daquela mesma freguesia.

Destes casamentos, através das «fichas de reconstituição familiar», três, pelo menos, apresentam descendência naquela freguesia, o que aponta para uma constatação de mais persistência de descendentes canarinos, naquela região.

Entretanto, há um outro aspecto que deve merecer atenção.

No ano de 1819 vão ser registrados, nesta freguesia, os batismos de dois filhos de casais canarinos (Manoel Bonilha e Margarida Delgada e de Marçal Ribeiro e Ana Alvares), cujos descendentes serão, mais tarde, assinalados na freguesia de N. Sra. do Desterro.

Outras «freguesias» da então Capitania, depois Província e hoje Estado de Santa Catarina, deverão ter servido de residência aos canarinos.

Assim sendo é possível a ampliação nesta temática, com novas investigações arquivais.

6. UMA OPINIÃO GOVERNAMENTAL

Diz um governante catarinense, em 1835.²⁵

«... e nos Canários que aqui aportarão, e se deixarão ficar».

E, logo, complementa:

«... nem huns nem outros se derão aos trabalhos para que se mandarão vir, ou que se verão esperar segundo as profissões que se supunhão ter em suas terras: todos, assim se pode dizer, tornarão-se mascates ou taberneiros, industrias, de que certo não carecemos».

Não se pode aceitar sem maior análise esta crítica, porquanto já nos «Registros de estrangeiros», referidos atrás, ao serem recenseados, os canarinos, pelas autoridades brasileiras, eram apresentados como «vendedores de fazendas» ou «mascates».

Até onde eles tinham vindo para o Brasil como lavradores?

Este é um ponto a merecer novas investigações, a partir dos registros consulares.

7. D. JACINTO VERA

Entre os canarinos que, no princípio do século XIX aportaram à Ilha de Santa Catarina, deve-se salientar um caso excepcional.

Da Ilha de Lanzarote, em princípios de 1813, partiu o casal Geraldo Vera e Josefa Martins, com destino à então Província Cisplatina (hoje República Oriental do Uruguai).

Na altura de Ilha de Santa Catarina nasce-lhes um filho, que é batizado na paróquia da vila-capital, N. Sra. do Desterro, e cujo assentamento está, assim redigido:

«JACINTO. Aos dois dias do mez de Agosto de mil oitocentos e treze nesta Matriz de Nossa Senhora do Desterro da Ilha de Santa Catharina do Bispado do Rio de Janeiro, baptizei solenemente a puz os Santos Oleos a Jacinto, nascido a trinta dias filho legitimo de Geraldo Vera e de Josefa Martins naturais da Freguezia de Sam Roque da Ilha de Lançarote, e neto paterno de Martim Vera e de Maria Cabreria naturaes de sobredita Freguezia de Sam Roque, e materno de André Garcia, e de Maria Martins, naturaes da Freguezia de Santa Roza da Ilha de Lançarote, de que forão padrinhos o Capitão João de Betancur Pra. Maxado e Souza e D. Maria Mequelina do Carmo, e pa. constar fiz este, que assignei. O Vigario José Maria de Sá Rebello.»²⁶

A criança, então batizada, foi com seus pais para o Uruguai, ali cresceu, estudou e ordenou-se sacerdote da Igreja Católica Apostólica Romana.

Foi, depois, elevado ao Episcopado como Bispo de Megera «in partibus» e, desde 28 de setembro de 1864, regeu o Vicariato Apostólico de Montevidéu, sendo o seu primeiro Bispo, com a criação da Diocese, em 1878.

Faleceu D. Jacinto Vera à 6 de maio de 1881.²⁷

A identificação do batismo desse prelado, na Ilha de Santa Catarina, foi o primeiro passo que demos na identificação dos canarinos, ali estabelecidos.

8. CONCLUSÕES

Analisando a documentação encontrada, pode-se, ainda que não definitivamente, concluir:

a) Nota-se um grande grau de consangüinidade entre os que são casados em N. Sra. do Desterro;

b) Só há um caso de casamento fora do grupo canário (com um homem natural da Ilha Terceira, Açores), isto, também, com relação à N. Sra. do Desterro;

c) De outro lado, face ao expressivo número de canários, que se fixaram, principalmente, em N. Sra. do Desterro, e uns poucos em N. Sra. da Lapa do Ribeirão, coincidindo alguns dos seus patronímicos com as da gente luso-açoriana, não foi, entretanto, possível identificar a sua persistência, no quadro atual da população da Ilha de Santa Catarina e do continente que lhe é fronteiro, ou, então, saber-se se reemigraram.

d) Há, finalmente, necessidade de averiguar tal persistência da migração canária em Santa Catarina, pela investigação de outras «freguesias» (paróquias) do litoral catarinense.

NOTAS

1. *Registros de estrangeiros nas Capitâneas, 1777-1819*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1963, 65 p. e *Registros de estrangeiros, 1808-1822*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1960, 319 p.
2. *Registro de estrangeiros* (daqui por diante, RE), 1777-1819, p. 10.
3. RE, 1808-1822, p. 49 (Col. 371, fils. 22).
4. RE, 1777-1819, p. 10-11.
5. RE, 1808-1822, p. 237 (Col. 371, fils. 22).
6. RE, 1777-1819, p. 11.
7. RE, 1777-1819, p. 11.
8. RE, 1777-1819, p. 31.
9. RE, 1808-1822, p. 182 (Col. 371, fils. 56v.).
10. RE, 1777-1819, p. 38.
11. RE, 1808-1822, p. 82 (Col. 371, fils. 64v.).
12. RE, 1777-1819, p. 38.
13. RE, 1808-1822, p. 114 (Col. 371, fils. 64v.).
14. RE, 1777-1819, p. 38.
15. RE, 1808-1822, p. 307 (Col. 371, fils. 64v.).
16. RE, 1777-1819, p. 38.
17. RE, 1808-1822, p. 58 (Col. 371, fils. 65).
18. RE, 1777-1819, p. 48.
19. RE, 1808-1822, p. 112 (Col. 371, fils. 77v.).
20. RE, 1777-1819, p. 51.
21. RE, 1808-1822, p. 297 (Col. 371, fils. 80v.).
22. RE, 1808-1822, p. 143 (Col. 371, fils. 80v.).
23. ARQUIVO HISTÓRICO-ECLESIÁSTICO DA ARQUIDIOCESE DE FLORIANÓPOLIS. Paróquia de N. Sra. do Desterro. L.º 5.º de registros de casamentos.
24. Agradeço à Profa. Dra. Marly A. F. Bustamante Mira a pesquisa realizada nos livros desta paróquia e ao Graduando em História Jonas Cadorin, pela revisão nos assentamentos de batismo da mesma paróquia.
25. PIRES, Feliciano Nunes. *Fala do Presidente da Província de Santa Catarina...*, em 1.º de março de 1835, apresentada à primeira Assembléia da mesma

Provincia. Florianópolis, Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, 1985, p. 38.

26. ARQUIVO HISTÓRICO-ECLESIÁSTICO DA ARQUIDIOCESE DE FLORIANÓPOLIS. Freguesia de N. Sr. do Desterro, L.º 12.º de batismos, fls. 185v.

27. PIAZZA, Walter F. *A Igreja em Santa Catarina —notas para sua História—*. Florianópolis, ed. do Governo do Estado de Santa Catarina, 1977, p. 92-93.

